



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700  
CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

107-A  
7

PARECER JURÍDICO 143/2019  
PROTOCOLO 1869/2019  
PROJETO DE LEI Nº 156/2019

Exmo. Sr. Presidente:

Nos termos do art. 127 do Regimento Interno (Resolução nº 44/2008), e observado o despacho de fls. 06 do Presidente, esta Procuradoria entende que existem irregularidades que impedem o recebimento do projeto de lei.

O projeto em análise dispõe sobre a criação de aplicativo para dispositivo móvel de avaliação de desempenho dos serviços prestados pelas empresas concessionárias de transporte público de passageiros.

Nesse intento, a lei autoriza o Poder Executivo a proceder com a criação de tal aplicativo, inclusive apontando os indicadores de desempenho a serem utilizados quando da avaliação pelos usuários.

Ocorre, entretanto, que o ato autorizado pelo Projeto já se configura como ato de gestão próprio do Poder Executivo, sendo uma das manifestações da chamada reserva de administração. Logo, não caberia ao Legislativo, através de projeto de lei de iniciativa parlamentar, autorizar o Executivo a proceder com ações que a própria Constituição já o autoriza a fazer (Art. 47, II e XIV c/c art. 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo)

As chamadas leis autorizativas configuram espécies normativas excepcionais no sistema jurídico brasileiro, só devendo ser consideradas válidas quanto feitas pelo próprio texto constitucional. Esse é o entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema:

“(…) insistente na prática legislativa brasileira, a ‘lei’ autorizativa constitui um expediente, usado por parlamentares, para granjear o crédito político pela realização de obras ou serviços em campos materiais nos quais não têm iniciativa das leis, em geral matérias administrativas. Mediante esse tipo de ‘leis’, passam eles, de autores do projeto de lei, a co-autores da obra ou serviço autorizado. Os constituintes consideraram tais obras e

MS





# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700

CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

PARECER JURÍDICO 143/2019

PROTOCOLO 1869/2019

PROJETO DE LEI Nº 156/2019

serviços como estranhos aos legisladores e, por isso, os subtraíram da iniciativa parlamentar das leis. Para compensar essa perda, realmente exagerada, surgiu 'lei' autorizativa, praticada cada vez mais exageradamente autorizativa é a 'lei' que - por não poder determinar - limita-se a autorizar o Poder Executivo a executar atos que já lhe estão autorizados pela Constituição, pois estão dentro da competência constitucional desse Poder. O texto da 'lei' começa por uma expressão que se tornou padrão: 'Fica o Poder Executivo autorizado a...' O objeto da autorização - por já ser de competência constitucional do Executivo - não poderia ser 'determinado', mas é apenas 'autorizado' pelo Legislativo, tais 'leis', óbvio, são sempre de iniciativa parlamentar, pois jamais teria cabimento o Executivo se autorizar a si próprio, muito menos onde já o autoriza a própria Constituição. Elas constituem um vício patente" (Sérgio Resende de Barros. "Leis Autorizativas", in Revista da Instituição Toledo de Ensino, Bauru, ago/nov 2000, p. 262).

**"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 2.057/09, DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A COMUNICAR O CONTRIBUINTE DEVEDOR DAS CONTAS VENCIDAS E NÃO PAGAS DE ÁGUA, IPTU, ALVARÁ A ISS, NO PRAZO MÁXIMO DE 60 DIAS APÓS O VENCIMENTO - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL - VÍCIO DE INICIATIVA E VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - INVASÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO - AÇÃO PROCEDENTE.**

A lei inquinada originou-se de projeto de autoria de vereador e procura criar, a pretexto de ser meramente autorizativa, obrigações e deveres para a Administração Municipal, o que redundaria em vício de iniciativa e usurpação de competência do Poder Executivo. Ademais, a Administração Pública não necessita de autorização para desempenhar funções das quais já está imbuída por força de mandamentos





## **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700

CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

PARECER JURÍDICO 143/2019

PROTOCOLO 1869/2019

PROJETO DE LEI Nº 156/2019

constitucionais” (TJSP, ADI 994.09.223993-1, Rel. Des. Artur Marques, v.u., 19-05-2010).

Desse modo, o Projeto em questão incorre em inconstitucionalidade, posto que ao autorizar ao Executivo a prática de ato que já lhe é próprio e ainda parametrizar a forma como tal ato deve ser realizado, acaba a proposição em violar o princípio da separação dos poderes (art. 5º, § 2º da CESP e art.2º da CRFB/88).

Dessa forma, pelas razões acima expostas a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal **entende que a presente proposição não merece ser recebida.**

Indaiatuba, 16 de setembro de 2019.

**Arthur Saraiva**

Procurador da Câmara Municipal de Indaiatuba